

11-13
DEZ
2019

Seminário Internacional

O Direito como Liberdade

30 Anos de O Direito Achado na Rua



PROGRAMAÇÃO - EMENTAS

Primeiro Dia - 11/12/2019

14h – 17h | Oficinas

ATIVIDADE 01 – Faculdade de Direito – A1 07

Oficina 01: Vez e Voz - Educação popular na prevenção e no enfrentamento ao tráfico de pessoas

Coordenação: Grupo Vez e Voz – Águas Lindas de Goiás

Ementa: Partindo da experiência do projeto de extensão "Vez e Voz", da Universidade de Brasília, a oficina abordará as contribuições da educação popular na prevenção e no enfrentamento ao tráfico de pessoas. Em uma realidade marcada pelo tráfico de seres humanos, estimado em 2,5 milhões de pessoas traficadas por ano, tratar e prevenir tornam-se imperativos para o campo da extensão popular. O tráfico de seres humanos é uma atividade que submete suas vítimas ao cárcere privado, à exploração sexual, ao trabalho escravo e à venda de órgãos humanos. Este crime afeta, principalmente, mulheres e meninas que representam 79% dos casos. Diante dessa realidade, o que fazer?

Oficina 02: Direito à Cidade sob a perspectiva do Direito Achado Na Rua.

Coordenação: NAJUP Negro Cosme

Ementa: a importância de pensar os direitos no sentido urbano; lutas travadas e protagonizadas pelo povo em prol do planejamento democrático da cidade para todos; experiências legais de reconhecimento do direito à cidade (dimensão jurídico-político-institucional); função social da cidade e da propriedade urbana; a organização dos setores sociais pela efetivação do Direito à Cidade. Objetivo: Refletir sobre o Direito à Cidade como marco conceitual de uma agenda sócio-política urbana e fomentar o desejo de cidadania e de efetivação do direito em tela.

ATIVIDADE – Faculdade de Direito – A1 09

Oficina 03. Desencarcerando mulheres: contribuições do direito achado no hospício

Coordenação: Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania – UFPB

Ementa: Esta oficina tem como objetivo apresentar e debater a contribuição do direito achado no hospício para o desencarceramento de mulheres loucas em conflito com a lei. Nesse sentido, propõe-se resgatar a atuação do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania (LouCid/UFPB) junto aos casos das mulheres em conflito com a lei internadas no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira, em João Pessoa – Paraíba nos anos de 2018 e 2019. Nas suas práticas, destaca-se a pedagogia da loucura, que permite ressoar as vozes dessas mulheres junto às instituições do Sistema de Justiça. Portanto, o LouCid pretende, por meio desta oficina, compartilhar essa experiência e discutir o papel da assessoria jurídica popular universitária na garantia do direito à liberdade para grupos subalternizados.

Oficina 04. Oficina sobre o 1º Curso de Formação de Defensoras Populares: Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto

Coordenação: NAJURP - Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto

Ementa: NAJURP (Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto), entidade de estudantes da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP), em parceria com a Defensoria do Estado de São Paulo, unidade de Ribeirão



Preto, realizou um curso de formação de defensoras populares na unidade da penitenciária feminina de Ribeirão Preto, visando estabelecer uma troca de conhecimento e saberes, no âmbito de direitos humanos, de modo a tentar contribuir para a (re)construção da cidadania das mulheres em situação de cárcere e melhoria da qualidade de vida. O curso foi estruturado em duas etapas, um módulo contendo 8 aulas, que durou entre novembro e dezembro de 2017, e outro módulo, com 15 aulas, que durou de fevereiro a julho de 2018, sendo ao todo 23 aulas. Inicialmente foi feito atendimento na própria penitenciária para analisar as demandas, quais temas eram prioritários e quais não o eram. Nesse atendimento foi possível que mulheres em situação de cárcere e a própria diretoria do local respondessem tal questionário. Posteriormente, para dar início às aulas, foi necessária aplicação de um formulário para que qualquer mulher sem situação de cárcere, em regime fechado, realizasse sua inscrição no projeto. Como houve uma procura maior do que a capacidade da sala de aula, local onde seria ministrado o curso, foi necessária uma seleção das alunas, a qual foi feita pensando em manter 50% de alunas brancas e 50% de pretas e pardas, além de ter uma diversidade de idades. Ao todo, participaram do projeto 26 mulheres, fossem como alunas ou monitoras. Desse modo, compreendendo a importância do curso para a vida das mulheres em situação de cárcere, bem como para a formação acadêmica, profissional e cidadã das membras do NAJURP – e mensurando tal curso como uma atividade precursora de direitos humanos dentro de uma penitenciária feminina, a presente oficina servirá para expor algumas das atividades realizadas com as mulheres em situação de cárcere e a sua relação em educação popular, fundamental para o curso. Assim, será apresentado como foi o planejamento do programa, sua execução e seus desafios e quais foram as conclusões tiradas dessa atividade.

ATIVIDADE 03 – Faculdade de Direito – A1 11

Oficina 05. Educação e Direito como efetividade: a experiência da Primeira Turma de Graduação em Direito para Beneficiários da Reforma Agrária e Agricultores Familiares Tradicionais no Brasil – UFG/Incrá/Pronera 2007-2012.

Coordenação: **Prof. Dr. José do Carmo Alves Siqueira**

Ementa: Abordar a promessa constitucional da Educação como “direito de todos e dever do Estado” (CF, art. 205), na perspectiva do Direito como Efetividade; Conhecer (um pouco) a trajetória da primeira Turma de Graduação em Direito para Beneficiários da Reforma Agrária e Agricultores Familiares Tradicionais, no Brasil – UFG/Incrá/Pronera (2007-2012), desde sua proposta, em maio de 2005, à solenidade de Colação de Grau, em 11 de agosto de 2012; Oportunizar e provocar o debate em torno das históricas elitizações, no País, da formação em Direito (graduação/bacharelado), desde a Lei Imperial de 11 de agosto de 1827 e dos “Estatutos do VISCONDE DA CACHOEIRA”, de 02 de março de 1825, e, conseqüentemente, do acesso e exercício das carreiras jurídicas, sobretudo, as consideradas de Estado.

Roda de Conversa 01. Roda de Conversa sobre experiências de ensino e aprendizagem à luz da concepção teórico e prática de O Direito Achado na Rua

Coordenação: **professores do Curso de Direito da UEFS, Coordenadores das Turmas Pronera e convidados**

Ementa: Promover a troca de experiência entre instituições de ensino superior que fomentam práticas pedagógicas inovadoras e alinhadas às concepções teóricas e práticas de O Direito Achado na Rua.

11-13
DEZ
2019

Seminário Internacional

O Direito como Liberdade

30 Anos de O Direito Achado na Rua



ATIVIDADE 04 – Faculdade de Direito – A1 13

Minicurso 01: As contribuições do pensamento político da Diáspora Africana para a política brasileira contemporânea

Coordenação: Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos – PPGDH/Ceam/UnB

Responsáveis: Nailah Neves Velaci e Raíssa Mendes.

Ementa: A população brasileira é formada por 54% negros. Apesar desse número, os negros estão subrepresentados nos cargos de poder e apresentam os maiores índices de desemprego, encarceramento em massa, vítimas de suicídio, feminicídio e do genocídio. Quando comparada a eficácia de políticas públicas para brancos e para negros é observado uma discrepância entre os dados, onde se observa uma melhoria para a população branca enquanto a população negra fica estagnada ou com um avanço mínimo. A presente proposta busca apresentar contribuições de pensadores da Diáspora Africana para enfrentar esses dilemas sociais de desigualdade que não permitem uma execução plena da democracia para a maioria dos brasileiros. Estas reflexões se tornam ainda mais necessárias diante da conjuntura do país que tende a negligenciar as violações de Direitos Humanos. Objetivos: Apresentar ferramentas e referenciais para os alunos poderem: a) Compreender a relação da Formação das Elites Políticas Brasileiras com o Contrato Racial; b) Ter acesso aos pontos principais das estratégias sócio-políticas do Quilombismo e da Amefricanidade; e c) Pensar outras formas de fazer políticas públicas a partir de lógicas intersseccionais como a teoria da Burocracia Representativa e da Gestão Participativa.

ATIVIDADE 05 – Faculdade de Direito – A1 15

Oficina 06: Saberes culturais não-hegemônicos

Coordenação: Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos – PPGDH/Ceam/UnB

Responsáveis: Laísa Amaral Queiroz e Franklin de Paula Junior.

Representantes da comunidade cigana, indígena, quilombola e comunidade universitária.

Ementa: A oficina pretendida se constitui em um espaço de troca de saberes e diálogo, com apresentações culturais (música, dança, demonstração de práticas, etc). Os responsáveis do PPGDH são facilitadores do processo e os próprios participantes do espaço são os promotores do espaço. Propomos “des-homogenizar”, inclusive, o formato científico-ocidental das formas de debater o conhecimento, com o intuito de proporcionar formas de se transmitir conhecimento mais alinhadas às práticas dessas pessoas, sem imposições verticais e a partir de perspectivas decoloniais e contra-coloniais. Se possível, propomos, ainda, a venda de comidas e bebidas típicas, no caso das comunidades tradicionais.

ATIVIDADE 06 – Faculdade de Direito – A1 06

Oficina 07: A experiência do NEDA - UNESP

Coordenação: NEDA- UNESP

Ementa: Em nossa Oficina, pretendemos resgatar a história do grupo e os referenciais teórico-metodológicos trabalhados nas diversas interlocuções do NEDA, utilizando materiais físicos e virtuais.

11-13
DEZ
2019

Seminário Internacional

O Direito como Liberdade

30 Anos de O Direito Achado na Rua



Segundo dia -12/12/2019

14h – 17h | Oficinas

ATIVIDADE 07 – Faculdade de Direito – A1 07

Oficina 08: Participação social no âmbito das políticas urbanas do DF

Coordenação: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (Regional Centro Oeste)

Ementa: Nosso objetivo é dialogar sobre como poderemos colaborar, por meio da PARTICIPAÇÃO SOCIAL, com as políticas de desenvolvimento urbano e habitação no Distrito Federal a partir da experiência dos participantes, visando compreender e qualificar o processo participativo no âmbito da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT-DF) e do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS. Para mediar a Oficina será usado método estruturado denominado Mediação Coletiva. A ideia é que o método possa ser replicado pelos próprios participantes em outros grupos como prática de mediação, participação e diálogo.

ATIVIDADE 08 – Faculdade de Direito – A1 09

Oficina 09: O que é o direito como liberdade?

Coordenação: REAJUPI – Rede de Ajups do Piauí

Ementa: Para além do endurecido ordenamento, a luta é difundida para que haja liberdade e para que o direito seja um instrumento de conquista da mesma. Falar em direito e liberdade é mais que uma autoanálise crítica de como desconstruir esse direito que nos inquieta e nos ata as mãos. Liberdade é revolucionar, é desatar as mãos e empoderar a si mesmo e aos outros, é somar os saberes e interseccionar as áreas. Para romper com o superficial e para construir em conjunto um direito vivo e livre, um direito que instrumentalize o poder popular, um direito contra-hegemônico, que não brilhe apenas nos palcos privilegiados das academias, mas que seja garantidor de liberdade e se pautar na horizontalidade é que apresentamos uma oficina com contribuições teóricas e práticas acerca de: Luta contra colonial; Pensamento crítico sobre opressões e como são impostas pelo sistema capitalista e pelo patriarcado; Como está estruturado o projeto de racialização do mundo; Desconstrução da ideia do saber acadêmico como única forma de conhecimento; Direito como instrumento de empoderamento popular; Compartilhamento de saberes para além dos limites acadêmicos; Emancipação; Direitos humanos como resultado de uma conquista através de lutas populares; Princípios para a liberdade: HORIZONTALIDADE e INTERSECCIONALIDADE DE SABERES.

Oficina 10: Plano Popular: uma ferramenta para a construção de resistências comunitárias

Coordenação: Centro de Assessoria Jurídica Universitária – CAJU – UFC

Ementa: Uma das questões colocadas no direito alternativo é a possibilidade da subversão dos instrumentos que dizem o direito como forma de dizer o não normatizado, tirar da submersão aquilo que tá escondido. Quando não se pode confiar no aparato institucional, o que resta? Pautamos a organização popular como espaço não só de resistência, mas também de construção identitária, sendo forma latente de dizer o direito a partir das ruas (becos e vielas) de uma cidade ilegal. O planejamento popular ou insurgente é uma alternativa a situações de urgência em que esperar resposta a partir da atuação institucional pode significar um grande risco à efetivação do direito à cidade e moradia adequada. Esta estratégia surge então não como um instrumento para tomar lugar da atuação do poder público, mas sim como uma ferramenta para que a comunidade se aproprie de sua narrativa. Dessa forma, é por meio do arranjo comunitário que alternativas coletivizadas



poderão ser pensadas para além de conteúdos engessados e pré-concebidos. Queremos contribuir através da oficina para responder às seguintes questões: Quais as possibilidades a partir do olhar dos moradores ameaçados de remoção nas cidades informais do Brasil? Como o planejamento insurgente pode contribuir para o direito à memória, identidade, democratização dos espaços e direito à cidade? A oficina abordará o planejamento insurgente como alternativa de organização popular e reivindicação de direitos diante de riscos e ameaças iminentes, comumente implicando remoções e outras intervenções violentas com aval do Poder Público. Dessa forma, os objetivos são especialmente compreender em que consiste essa estratégia, identificar situações em que se demonstra necessária, bem como a relação entre seu processo e legados que ficam para comunidades/movimentos que encontram nessa alternativa uma saída para resistir aos mais diversos abusos institucionais. Enquanto grupo de estudantes de direito, membros de uma AJUP, nossa metodologia será participativa e dinâmica, buscando a utilização de materiais físicos e exemplos do cotidiano para ilustrar a temática. Realizaremos uma simulação de planejamento popular em que, apresentada a problemática - que será construída com base em experiências reais das cidades informais do Brasil - os participantes deverão elaborar propostas em conjunto para subverter a lógica da exclusão e marginalização que afeta as periferias de nosso país.

ATIVIDADE 09 – Faculdade de Direito – A1 11

Oficina 11: Quebrar o silêncio: voz e a construção coletiva do direito das mulheres
Coordenação: **Promotoras Legais Populares – Águas Lindas de Goiás**

Ementa: “Seu silêncio não te protegerá”, afirmou Audre Lorde, negra, lésbica e poeta norte americana, instigando mulheres a transformarem seus muitos silêncios em linguagem e ação. Fazê-lo é o primeiro passo em direção ao acesso aos direitos: é a denúncia da violência, mas também a possibilidade de compreender-se a si e a reconhecer-se na experiência de outras mulheres e com isso nomear e criar estratégias de combate a violências que antes careciam de definição. Afinal, foi necessário quebrar o silêncio acerca de práticas violentas e normalizadas (como já o foram o assédio sexual, o estupro marital, a violência obstétrica, entre outras) para que fossem reconhecidas como violações de direitos. A palavra é partilha. E a partir dela pode-se, coletivamente, construir novos entendimentos e novas práticas. A partir desse entendimento nós, PLPs de Aguas Lindas-GO, queremos propor uma oficina para pensarmos coletivamente os silenciamentos a que somos submetidas cotidianamente, bem como estratégias, através da educação popular, para transformar esses silêncios em palavra e ação.

Oficina 12: Promotoras Legais Populares Libertárias/Jataí: uma experiência de extensão.

Coordenação: **Promotoras Legais Populares de Jataí**

Ementa: Promotoras Legais Populares trata-se de um projeto já consolidado em todo o Brasil, com uma perspectiva de luta pela compreensão e capilarização dos direitos das mulheres, permeando as dimensões de gênero, raça e classe. Consiste na formação de mulheres que lutam pelos direitos humanos e combatem a discriminação, exploração e opressões, atuando de forma a refletir sobre o conhecimento dos direitos e do acesso à justiça em seus respectivos espaços de atuação. Sua prática se dá por meio dos cursos oferecidos para mulheres e possui frentes de atuação, tais como a promoção de debates e seminários, apoio e organização de campanhas que fortaleçam o direito das mulheres. (UNIÃO DE MULHERES DE SP, 2019). As “Promotoras Legais Populares - Libertárias” se consolidam enquanto um projeto de Extensão Popular, que se diferencia por uma resistência a um modelo corporativista e por seu engajamento para que a Universidade produza conhecimentos emancipatórios. No ponto de vista de uma universidade-empresa, a



extensão popular é vista com improdutiva, pois não há lucro e nem relações de consumo. Entretanto, existem relações de solidariedade e troca de saberes com mudanças concretas nas realidades pela qual perpassa (NARDI, FONSECA & COSTA, 2015). O sentido de utilizar dessa prática enquanto premissa é também a quebra do conhecimento hierárquico universitário, como se apenas este tivesse valor, e o reconhecimento de todos os saberes que ouvimos e compartilhamos ao longo das práticas extensionistas. A ideia de oficina proposta é compartilharmos experiências construídas ao longo dos anos de 2018/2019, além de promover um diálogo sobre extensão popular feministas a partir das PLP's Libertárias Jataí e suas frentes de atuação. A metodologia aplicada será atrelada às metodologias utilizadas nas próprias formações internas do grupo, tendo por base referenciais como Paulo Freire e Augusto Boal, além do projeto Movimento por uma Universidade Popular.

ATIVIDADE 10 – Faculdade de Direito – A1 13

Oficina 13: Direito às manifestações e protestos sociais

Coordenação: **Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP/DF)**

Ementa: Muitos dos direitos fundamentais que atualmente possuímos e exercemos livremente, como o voto, a educação pública, a igualdade de gênero e raças, a proteção das crianças e adolescentes ou mesmo as melhorias nas condições de trabalho, foram conquistados por meio da expressão coletivas de ideias e demandas sociais. Desde a rua, as manifestações e os protestos sociais são instrumentos essenciais no desenvolvimento das sociedades democráticas, permitindo que cidadãos e cidadãs reivindiquem a proteção e promoção de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Portanto, é o objetivo dessa oficina apresentarmos e debatermos o exercício do direito à manifestação e protestos sociais a partir de indicações e orientações para práticas de proteção preventivas em tempos de autoritarismos.

Oficina 14: Assessoria Jurídica Popular e direitos das comunidades indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais.

Coordenação: **Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP/DF) e Terra de Direitos.**

Ementa: Partilhar experiências de atuação na advocacia popular a partir de casos concretos emblemáticos ocorridos no ambiente da luta pela terra e território; Promover a formação política entre estudantes, advogados e advogadas e pesquisadores/as do Direito, promovendo e incentivando a cultura da paz e da solução pacífica dos conflitos; Fortalecer o debate do Direito e Movimentos Sociais, integrado às reais demandas de direitos presentes nas lutas cotidianas dos movimentos;

ATIVIDADE 11 – Faculdade de Direito – A1 15

Oficina 15. Educação do Campo/ Educação em Direitos Humanos: experiência de formação inter e extraclasse, produção de conhecimento e desafios atuais.

Coordenação: **Estudantes e egressos das Turma de Direito dos Movimentos Sociais/PRONERA**

Ementa: Partilhar experiências de atuação na advocacia popular a partir de casos concretos emblemáticos ocorridos no ambiente da luta pela terra e território; Promover a formação política entre estudantes, advogados e advogadas e pesquisadores/as do Direito, promovendo e incentivando a cultura da paz e da solução pacífica dos conflitos; Fortalecer o debate do Direito e Movimentos Sociais, integrado às reais demandas de direitos



presentes nas lutas cotidianas dos movimentos;

ATIVIDADE 12 – Faculdade de Direito – A1 -06

Oficina 16: Gênero, sexualidade e direitos humanos. A relação entre pessoas LGBTQ+ e instituições policiais: registros de crimes contra a diversidade sexual

Coordenação: **Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos – PPGDH/Ceam/UnB**

Responsáveis: Jaconilson de Araujo Vieira e Victor Giusti de Castro.

Ementa: A proposta é garantir um espaço de exposição e debate acerca da relação entre a comunidade LGBTQ+ e as instituições policiais responsáveis pelo registro e investigação de crimes. A partir de uma análise comparada com as experiências de outros países (e.g. Austrália, Canadá e EUA), o foco será refletir sobre os principais fatores que, potencialmente, inibem as vítimas de crimes contra a diversidade sexual de realizarem o Boletim de Ocorrências nas delegacias de Polícia Civil. Sendo assim, busca-se problematizar os efeitos da decisão de criminalização da homotransfobia no Brasil, notadamente no que se refere ao levantamento de dados em um possível contexto de desconfiança em relação às instituições policiais.

ATIVIDADE 13 – Faculdade de Direito – A1 08

Oficina 17: Por que Direito à Cidade das Mulheres?

Coordenação: Candanga Advocacia Popular – DF

Ementa: A Candanga Advocacia Popular é um coletivo constituído em 2017 que atua com assessoria jurídica e advocacia popular com coletivos de luta por direito à cidade, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e o Mercado Sul Vive. Tanto o movimento de luta por moradia quanto o movimento de cultura são constituídos majoritariamente por mulheres, o que gera a seguinte reflexão: Podemos falar em direitos humanos das mulheres? Por que as mulheres são as que mais impulsionam a luta por direito à cidade nesses movimentos? O debate sobre direitos humanos das mulheres será conduzido a partir do que é apresentado no volume 5, da Série O Direito Achado na Rua, Introdução Crítica ao Direito das Mulheres, de onde se apreende que os direitos humanos das mulheres não se resumem ao que fora conquistado de legislação, tampouco são um conceito fechado, mas devem ser permanentemente atualizados pela luta dos movimentos sociais, especialmente os movimentos feministas e de mulheres que, ao ocuparem as ruas e reivindicarem direitos, constituem legítima organização social da liberdade. Uma vez que a igualdade formal prometida pelo direito positivado não dá conta de incluir as mulheres como sujeitos políticos de cidadania ativa, é preciso falar também do direito à cidade das mulheres. No que tange ao direito à cidade das mulheres, será feita a reflexão sobre como a divisão sexual do trabalho existente na sociedade, que impõe às mulheres o trabalho doméstico não pago e, não raro, o acúmulo de jornadas de trabalho constitui a relação entre as mulheres e as cidades. Já que elas usem mais os serviços públicos disponíveis, dependem mais do transporte público para acessá-los e muitas vezes sofrem assédios ao transitar pelas cidades, assim como estão diretamente implicadas na luta para conquistar e cuidar de suas moradias e são mais conectadas com a produção de cultura comunitária. Essas reflexões serão feitas a partir do acúmulo da práxis da assessoria jurídica e advocacia popular desempenhada com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e com o Mercado Sul Vive e mediatizada pelo que propõem as autoras Raquel Rolnik (em “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?”), Adriana Souza (em “Mulher: uma força que caminha - um estudo de caso em Brasília e Lisboa”) e Betânia de Moraes Alfonsin (em “Cidade para todos/Cidade para todas - Vendo a cidade através do olhar das Mulheres”, em Direito Urbanístico: estudos brasileiros e internacionais)



Oficina 18: O Teatro do Oprimido no enfrentamento da violência contra a mulher

Coordenação: AJUP Roberto Lyra Filho – UnB

Ementa: Em tempo de avanço do conservadorismo e consequente afirmação de antidireitos pelo ente estatal, a violência que atinge as classes espoliadas se intensifica também nos meios sociais. Com isso, os casos de violência contra a mulher crescem vertiginosamente no país desde a última campanha presidencial, algo que preocupa movimentos sociais, defensores dos direitos humanos e demais indivíduos conscientes da sociedade civil. Mediante este cenário, a Assessoria Jurídica Universitária Popular Lyra Filho da Universidade de Brasília se une a movimentos sociais em uma oficina que replica conhecimentos para o enfrentamento da violência contra a mulher, onde contará com a contribuição da Cerrajup (Rede de Assessoria Jurídica Universitária Popular do Cerrado) e com a Escola de Teatro Político e Vídeo Popular do Distrito Federal. Em unidade com outros coletivos, a oficina irá se construir na perspectiva da ecologia dos saberes, expandindo possibilidades e englobando conhecimentos que extravasam o acadêmico-científico e trazem para o Direito concepções artísticas e comunitárias através de técnicas do Teatro do Oprimido. Desse modo a oficina buscará articular o enfrentamento à estrutura de poder que se sustenta no patriarcado por meio da troca de saberes, o que garantirá o maior alinhamento do Direito com os meios sociais. Na realidade da mulher brasileira permeiam-se inúmeras expressões de violência que se normalizam em meio a sociedade machista, assim a oficina centrará em desnaturalizar o machismo estrutural através da arte cênica. Pretende-se, com a exposição das cenas, mostrar como o machismo, que constitui pequenas violências e é imperceptível por alguns, corrobora com o mesmo sistema que desencadeia o crescimento alarmante de agressões graves contra a mulher e feminicídios. A finalidade da oficina cercará, além dos mecanismos legais de enfrentamento à violência contra a mulher; a provocação do sentimento de companheirismo para o desenvolvimento comunitário de proteção à mulher; a desconstrução de conceitos gerados pelo sistema patriarcal; e a diminuição do sentimento de culpa que a sociedade impõe às mulheres.

Terceiro dia: 13/12/2019

14h – 17h | **Oficinas**

ATIVIDADE 14 – Faculdade de Direito – A1 07

Oficina 19: Assessoria Jurídica Universitária Popular: estratégias de resistência em contexto de remoção

Coordenação: Projeto Motyrum de Educação Popular em Direitos Humanos - Núcleo Urbano – UFRN – Natal.

Ementa: A Oficina visa aprofundar estratégias de resistência às ações de remoção que afetam moradores de assentamentos de origem informal, a partir da experiência de assessoria jurídica popular desenvolvida pelo Projeto Motyrum de Educação Popular em Direitos Humanos. Núcleo Urbano na Comunidade do Jacó, em Natal/RN. No presente, quando se intensificam os conflitos territoriais no marco das políticas públicas ultraliberais é necessário e urgente a troca de experiências e o aprofundamento das estratégias de defesa e proteção dos direitos humanos. Nesta Oficina, o Direito a Cidade está no centro das reflexões. Para estimular o debate, propõe-se inicialmente a apresentação de um vídeo contextualizando o trabalho de assessoria jurídica universitária na comunidade do Jacó, seguida da discussão em grupos de acordo com os seguintes eixos temáticos: Interdisciplinaridade; Vínculo/inserção na comunidade; Troca de saberes; Rede de Proteção Social; Assessoria Técnica continuada e comunicação. Entende-se que esses temas extraídos da experiência do Projeto Motyrum Urbano possibilitam tanto o



compartilhar das ações, quanto o aprofundamento das estratégias de proteção dos direitos humanos, considerando visões e experiências de cada participante.

Oficina 20: O papel da Assessoria Jurídica na promoção do acesso à justiça para além do âmbito judiciário

Coordenação: SAJU/Rio Grande do Sul – UFRGS

EMENTA: Suscitar a discussão sobre as formas de execução de uma assessoria jurídica popular a partir da experiência do SAJU da UFRGS, formado por mais de 20 grupos com temáticas diversas, como a luta pelo direito à moradia, a garantia de proteção às crianças e aos adolescentes, a garantia dos Direitos Humanos no Cárcere, a prevenção e proteção da mulher contra violência doméstica e familiar, entre outros. De forma expositiva e dialogada pretende-se apresentar os desafios e as conquistas da atuação em diversas frentes, a inacessibilidade por partes das populações mais vulneráveis à justiça, bem como debater sobre a importância da interdisciplinaridade e da horizontalidade no trabalho desenvolvido pelas assessorias jurídicas que atuam como instrumento de resistência e transformação incluso ao sistema judiciário.

ATIVIDADE 15 – Faculdade de Direito – A1 09

Oficina 21: Direitos Humanos Achado na Escola: prática emancipatórias de educação no CEM3 de Ceilândia/DF

Coordenação: Projeto Educação Para Paz e Cidadania nas Escolas (PPGDH/UnB; NEP/CEAM/UnB). Nair Bicalho, Renata Vieira, Daniel Ribeiro, Sueli Bellato e Renata D'Ávila.

EMENTA: O Projeto de Extensão “Educação para a Paz e Cidadania nas Escolas” é um projeto de capacitação de estudantes da rede pública do ensino médio do Distrito Federal nos temas relacionados aos direitos humanos. Distribuídos dentro de cinco eixos temáticos, temas como racismo, violência doméstica, LGBTfobia, segurança pública, democracia, entre outros, são trabalhados por meio da educação popular com estudantes do Centro de Ensino Médio 3 de Ceilândia (CEM/DF). Um dos fatores determinantes para a criação do projeto são as crescentes violações de direitos humanos no Distrito Federal, o aumento do número de vítimas de violência doméstica, o aumento do número de vítimas por LGBTfobia, o aumento do genocídio e do encarceramento da juventude negra, o aumento da desigualdade social e do desemprego aliado à dificuldade de acesso a informações essenciais para o combate a esses e outros tipos de violação aos Direitos Humanos. Concebido, inicialmente, por estudantes do mestrado de Direitos Humanos da UnB, o projeto busca ser um espaço de diálogo entre o conhecimento popular e acadêmico com o objetivo de construir uma noção de cidadania e paz que sirva à transformação dessas realidades de opressão. Objetivos: 1. Compartilhar experiências e conhecimentos para se pensar possíveis modelos de educação em direitos humanos que vise à transformação da violência e repressão nas escolas para uma cultura de paz e cidadania; 2) Despertar o interesse da comunidade externa e acadêmica para engajamento e participação no projeto.

Oficina 23: A luta por uma educação popular

Coordenação: Cursinho popular Maria Eloá Jataí/GO

EMENTA: O projeto de educação popular surge como alternativa à educação proposta pelo projeto neoliberal destinada aos trabalhadores e que resulta principalmente na perda de pensamento crítico dentro de uma cultura de desempenho [1]. Compreendendo-se o projeto de educação implementada para a manutenção das estruturas sociais, foi introduzida essa nova perspectiva que rompe com a anterior e que se opõe à educação impulsionada pelo Estado. Nesta está inserida a metodologia de considerar a vivência da classe trabalhadora como subsídio para problematizar prática cotidiana através dos saberes científicos.



Nessa perspectiva, a educação popular tem sido estudada de maneira prática, traduzindo-se, por exemplo, na introdução de Cursinhos Pré-Vestibular na segunda metade dos anos 80 [2]. Os cursinhos populares são em geral compostos por alunos que tiveram acesso à Universidade Pública por meio dos vestibulares universais e se voluntariam [3]. Esses métodos de avaliação, reproduzem o viés ideológico meritocrático de acesso ao ensino superior, mas que nada refletem a realidade excludente da educação pública e da realidade social em que estão inseridos os estudantes, em especial aqueles que estão inseridos em um contexto regional dominado pelo agronegócio, como é exemplo das cidades do Estado de Goiás. Diante dos fatos, o objetivo de um cursinho popular, não é apenas aproximar estudantes da classe trabalhadora de Jataí ao ensino superior, mas também trabalhar com as suas vivências cotidianas de modo a fazê-los compreender a realidade que os cercam. As problemáticas sociais e regionais, em que estão inseridas a militarização das escolas públicas e as mazelas causadas pelo agronegócio. A ideia de oficina proposta é a de compartilharmos as experiências acumuladas pelo grupo que compõe o cursinho, ao longo dos anos 2018/2019, com o intuito de promover um diálogo sobre a educação que é atualmente destinada aos trabalhadores e a alternativa da educação Freiriana e popular. Nesse sentido, compreender também como a extensão popular se relaciona com o projeto de defesa do Movimento por uma Universidade Popular.

ATIVIDADE 16 – Faculdade de Direito – A1 11

Oficina 24: Direito, Relações Raciais, Diáspora Africana e Sujeitos/as Coletivas de Direito
Coordenação: **Maré – Grupo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro**

Ementa: A oficina busca abordar o Direito e as Relações Raciais na perspectiva interdisciplinar dos estudos da diáspora africana, do pensamento negro e dos estudos críticos da raça em diálogo teórico-metodológico com O Direito Achado na Rua. Neste sentido, o objetivo do curso é compreender o fenômeno jurídico levando à sério às dinâmicas da “raça” e do racismo, entendendo o direito como instância perpetuadora e deslocadora dos marcadores raciais presentes nos sujeitos e sujeitas que desde a Diáspora Africana produzem tensões sobre a liberdade, igualdade e propriedade no Brasil. Assim, serão abordados temas como colonialismo e escravidão; a produção da “raça” no mundo Atlântico; pensamento negro; lutas negras por liberdade e igualdade; Mito da Democracia Racial; práxis de mulheres negras; raça e sexualidade; o papel crítico das expressividades culturais da diáspora africana; genocídio, território e necropolítica, racismo religioso, agência quilombola e direitos e garantias da população negra e o enfrentamento ao racismo nos quadros da Constituição de 1988. Com isso, o curso objetiva contribuir com a reorientação epistêmica, teórica e prática das aproximações entre direito e os estudos das relações raciais, buscando deslocar as formas de produção de conhecimento nos espaços acadêmicos a partir da determinação do espaço, práticas políticas que nos possibilitam enfrentar bases coloniais e racistas, bem como produzir novas interpretações e agências antirracistas no campo crítico do Direito no Brasil.

Oficina 25: Escravidão e Liberdade: dialética do direito e práxis negra no Brasil
Coordenação: **Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Questão Racial e Capitalismo Dependente – UFG/Jataí**

11-13
DEZ
2019

Seminário Internacional

O Direito como Liberdade

30 Anos de O Direito Achado na Rua



ATIVIDADE 17– Faculdade de Direito – Auditório da Pós-Graduação

Oficina 25: Encarceramento e direitos humanos: O estado de coisas inconstitucionais e a Política Nacional de Prevenção e Combate à Tortura frente as “masmorras medievais” do Sistema Penitenciário Brasileiro.

Coordenação: **Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos – PPGDH/Ceam/UnB**

Responsáveis: José Ribamar de Araújo Silva, Luiza Sousa de Carvalho.

Ementa: A proposta é garantir um espaço de debate acerca da situação carcerária, tendo como pano de fundo a seletividade penal, a prevalência da população negra no cárcere e as relações com o racismo institucional, o superencarceramento, as necropolíticas, a (des)proteção social, e a tortura. Evidenciar as políticas do Estado neste processo e elencar os determinantes para a crise no sistema prisional, a partir dos relatórios de monitoramento dos massacres em presídios nacionais. Fortalecendo a pauta pelo desencarceramento.

OFICINA 18 - Faculdade de Direito – A1 13

Oficina 26: Enunciados Jurídicos Para o Direito à Alimentação e Nutrição Adequada
Coordenação: **FIAN-Brasil e O Direito Achado na Rua-UnB**

Ementa: A parceria entre FIAN-Brasil e O Direito Achado na Rua visa fomentar uma agenda de debate acerca da temática do Direito Humano à Alimentação Adequada (DANA) sob o ponto de vista das suas experiências de (des)encontro com a via judicial e o sistema de justiça. Desse modo, a parceria busca fomentar uma discussão e sistematizar experiências e concepções acerca dos limites e possibilidades de (i) proteção, garantia e reparação a direitos violados ou ameaçados, (ii) efetivação de direitos sonegados, (iii) implementação de políticas públicas e (iv) reconhecimento jurídico e institucional de modos de ser e viver relacionadas ao DANA, com especial atenção para o modo como estes direitos – em suas dimensões de posse, territorialidades e agroecologia, considerando as clivagens relativas ao protagonismo das mulheres, as perspectivas étnicas e racial, a incidência de tratados internacionais, e o impacto da atuação de empresas – são efetivados ou negados, quando se deparam com a via judicial e as diferentes instituições do sistema de justiça.

OFICINA 19 - Faculdade de Direito – A1 15

Oficina 27: Direito, Marxismo e América Latina

Coordenação: **Grupo de Estudos em Direito Crítico, marxismo e América Latina (GEDIC/UFERSA)**

Ementa: A oficina busca explorar os pontos de contato entre a perspectiva marxista no campo crítico do Direito situado no território latino-americano. Pretendemos elaborar a ideia da forma jurídica como uma ferramenta indispensável para a manutenção do Capital, mas como um potente instrumento a ser usado na luta de classes que é atravessada pelo colonialismo, racismo e patriarcado em nosso continente. Trabalharemos com autores como Pachukanis, Mascaró e Roseane Borges e apresentaremos as perspectivas de diálogos entre a visão marxista jurídica e a Escola do Direito achado na rua.

Roda de Conversa 02: Diálogos entre Lyrianos e Nepeanos: Teorias críticas sobre pluralismo jurídico desde a América Latina

Coordenação: **Grupo Constitucionalismo Crítico Latino-americano (UNESC)**

11-13
DEZ
2019

Seminário Internacional

O Direito como Liberdade

30 Anos de O Direito Achado na Rua



Ementa: Desde a América Latina nessas últimas décadas acompanhamos o desenvolvimento de variadas linhas da teoria jurídica crítica dedicadas a pensar o pluralismo jurídico. Assim como O Direito Achado Na Rua, outras concepções compartilhando de um mesmo viés insurgente, constroem novos referenciais culturais e normativos. Objetivo dessa roda de conversa é a exposição de algumas pesquisas e discutir as facetas do pluralismo jurídico *nuestroamericano*, buscando visualizar as condições de possibilidade e transformações do sistema jurídico contemporâneo.